



03

Economia, dinâmica de classes e Golpe de Estado no Brasil (anatomia da crise brasileira)

Alexis Dantas e Elias Jabbour



Economia, dinâmica de classes e Golpe de Estado no Brasil

(anatomia da crise brasileira)

Alexis Dantas

Elias Jabbour¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é demonstrar que a crise política brasileira, que culminou no impeachment da presidente da república Dilma Roussef, antes de ser fruto de uma profunda crise econômica tem causalção na formação de um amplo condomínio empresarial, partidário e midiático com tentáculos no seio do aparelho do Estado. A formação deste condomínio político de caráter conservador foi parte de um processo de acúmulo de forças diante do crescente papel do Estado na economia e os consequentes reflexos positivos sobre o emprego, a renda do trabalho e o padrão de vida dos trabalhadores brasileiros. A crise econômica, assim, é um epifenômeno da crise política, sob a forma de lockout produtivo com efeitos sob forma de curva ascendente na relação dívida x PIB, o aumento da inflação, do nível de desemprego e, principalmente, no crescimento negativo do PIB.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Política; Crise Política; Economia; Empresariado; Golpe de Estado.

ABSTRACT: The aim of this paper is to demonstrate that the Brazilian political crisis that culminated in the impeachment of President Dilma Roussef, is not a direct result of the economic crisis, but a consequence of a broad coalition involving business groups, opposition parties and media with influence in the heart of the state apparatus. The formation of this conservative character of political coalition was part of a process to cut off positive results related to the growing role of the state in the economy and its consequence on employment, labor income and the welfare of Brazilian workers. The economic crisis, therefore, is an epiphenomenon of the political crisis, in the form of productive lockout (production and investments) with effect in a growing relation debt x GDP, rising inflation, level of unemployment and, especially, the negative GDP growth.

KEYWORDS: Political Economy; Political Crisis; Economics; Entrepreneurship; Coup d'Etat.

¹ Professor Associado da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-UERJ). Email: alexis.dantas@gmail.com. Professor Adjunto Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-UERJ). Email: eliasjabbour@terra.com.br.

1. INTRODUÇÃO

Uma crise política de dimensões quase inéditas levou recentemente ao impedimento da presidente do Brasil, Dilma Roussef. Explicações padronizadas, e estilizadas, dão conta do término de um ciclo político causado por sucessivos governos maculados “moralmente”, agente direto dos “maiores escândalos de corrupção da história do país”. Nesta estilizada narrativa, os governos Lula e Dilma foram responsáveis diretos de uma crônica crise econômica, cuja causa finca raiz na crescente intervenção estatal sobre a economia. Intervenção esta que atingiu seu ápice em 2012 com as orientações anexas à “Nova Matriz Macroeconômica”.

Em verdade, o país vive uma das piores crises econômicas de sua história, com inflação e desemprego alarmantes e o PIB com dois anos consecutivos de queda próximas de 4% ao ano e uma relação dívida x PIB em trajetória ascendente. É exatamente sobre a crise fiscal onde concentram os principais argumentos explicativos à presente crise política. E a guarida a este tipo de argumentação é essência de uma visão *ultraliberal*, com objetivos políticos claros para quem a própria disputa da *classe média* possibilita um ponto de encontro entre o fenômeno da corrupção e a própria ação do Estado na economia. Neste caso, criminalizar o Estado é apenas o primeiro passo à criminalização da própria política².

Ao contrário, argumentamos que a crise política é produto de um processo de aproximação de diferentes grupamentos da classe empresarial brasileira que ganha força em meio às manifestações de junho de 2013 em resposta a uma construção política de consagração tanto de uma transição, desde 2003 a um Novo Projeto Nacional Brasileiro com grandes consequências sobre a própria estrutura de intervenção do Estado na economia a partir de induções com reflexos positivos sobre o emprego, a renda do trabalho e o padrão de vida dos trabalhadores brasileiros, sendo a crise econômica um epifenômeno.

Neste sentido, além desta introdução, este artigo está dividido em quatro seções. Na segunda seção demonstraremos que apesar da manutenção dos alicerces macroeconômicos consagrados desde 1999 (política de metas de inflação, por exemplo), avanços significativos ocorreram em matéria de crescimento econômico, elevação da renda, queda do desemprego e investimentos públicos. Ademais, os números expostos na seção corroborarão nosso argumento acerca da inexistência de condições objetivas a uma crise econômica da magnitude que ocorre no Brasil desde 2015. A seção 3 tratará da dinâmica política da sustentação do projeto eleitoral vencedor desde 2002. Projeto este cujo característica sugere uma dinâmica de *continuidade e ruptura* – dadas suas características –, logo (e também) de gestação um Novo Projeto Nacional de

² Daí a vasão a manifestações de cunho ultradireitista que foram ganhando força na mesma medida em que em que o movimento pelo impeachment transformava-se em *fenômeno de massa*.

Desenvolvimento; serão elencados ainda os constrangimentos, políticos e institucionais, ao avanço deste mesmo projeto. Na quarta seção analisaremos os movimentos políticos e econômicos do governo Dilma Rousseff, onde demonstraremos o processo desde o desmoronamento do pacto de poder que sustentou os dois governos Lula até a consolidação de frente única conservadora que se tornou vanguarda à criação de um ambiente econômico propício a um golpe de Estado de *novo tipo*. Nas conclusões evidenciaremos os contornos do processo como um todo.

2. ECONOMIA BRASILEIRA NO PÓS-LULA: CONTINUIDADE E RUPTURA

A crise cambial brasileira de janeiro de 1999 impôs a necessidade de mudanças importantes na condução da política econômica local, considerando-se a impossibilidade de continuação do modelo de âncora cambial utilizado no Plano Real de 1994, que operava como seu principal alicerce³. Com a necessária variação para um regime de câmbio flutuante, a taxa de juros passou a operar como variável básica de controle da inflação, a partir da adoção do modelo de metas de inflação. De acordo com FERREIRA e JAYME JR (2005, p. :2), o sistema de metas inflacionárias é

“Caracterizado pelo anúncio oficial de uma meta de crescimento para algum índice de preço escolhido a priori para um determinado período [...]. Assim, tais metas coordenariam a formação de expectativas inflacionárias dos agentes e a fixação de preços e salários”.

Neste contexto, a política fiscal passa a exercer um papel de variável de ajuste no modelo – como a taxa de juros impacta a dívida pública pelas despesas financeiras, seria necessária a obtenção de superávits primários no intuito de impedir uma trajetória explosiva das contas públicas.

Apesar das mudanças ocorridas, a ideia central que domina a formação da política econômica é a mesma que orienta a gestão do Plano Real, definindo a estabilidade de preços relativos como determinante crucial para a criação de um ambiente favorável ao crescimento econômico com competitividade. Nesse caso, segundo DANTAS (2013:67/68),

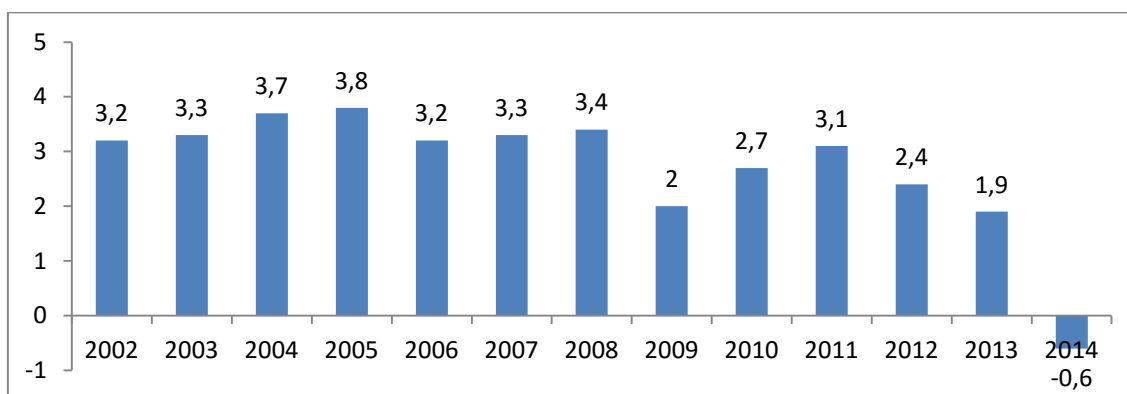
³ A âncora cambial serviria como instrumento fundamental de controle dos preços relativos, em um ambiente de liberalização comercial e financeira. De acordo com DANTAS (1998), a âncora cambial contribuiu para a “elaboração de planos de estabilização do nível de preços de grande sucesso em seus objetivos iniciais. A ideia básica assumida por estes planos era garantir uma flutuação interna de preços que seguisse a trajetória internacional. Para isso era necessário que se efetuasse uma abertura comercial (e câmbio fixo, ligeiramente valorizado) de forma que, inicialmente, os *tradables* fossem pressionados pela concorrência internacional, comprimindo margens de lucro e estabilizando, internamente, seus preços. Em cadeia, este processo acabaria por atingir (em maior ou menor grau), o conjunto de produtos não *tradables* da economia permitindo a estabilização geral do nível de preços. Uma vez atingido este objetivo, mecanismos tradicionais de política monetária seriam suficientes para alongar o prazo da estabilização da moeda - com apenas um problema: a manutenção do câmbio fixo e valorizado, engessando instrumentos mais diretos de política cambial” (p. 12).

“Quanto à questão do crescimento econômico, a conjugação das metas inflacionárias com uma política fiscal austera garantiria, de acordo com o modelo adotado, a estabilidade econômica requerida, oferecendo aos agentes econômicos um cenário propício para as decisões de investir. A capacidade de elevar as taxas de crescimento resultaria, em última instância, do aumento de produtividade dos fatores de produção, desde que os mecanismos de mercado atuassem sem interferências, sobretudo no que diz respeito aos preços relativos estáveis e à conformação de um ambiente favorável ao aumento da concorrência na economia (em especial a concorrência externa)”

A chegada de Luís Inácio Lula da Silva à presidência em 2003, após uma vitória eleitoral com larga margem em 2002, não trouxe mudanças na condução da política econômica, mantendo o tripé definido após 1999 (câmbio flutuante, metas de inflação e austeridade fiscal) e as regras institucionais então vigentes, com destaque para uma atuação independente do Banco Central na condução da política monetária e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Na verdade, o quadro já tinha sido definido desde antes da eleição de 2002. A viabilidade crescente de câmbio de poder político, com a iminente vitória de Lula, criou um cenário de incerteza e instabilidade, principalmente pela atuação fortemente especulativa dos agentes financeiros. Desta forma, Lula garante em carta aberta (a assim chamada “Carta ao Povo Brasileiro”) a manutenção da estabilidade institucional e da política econômica.

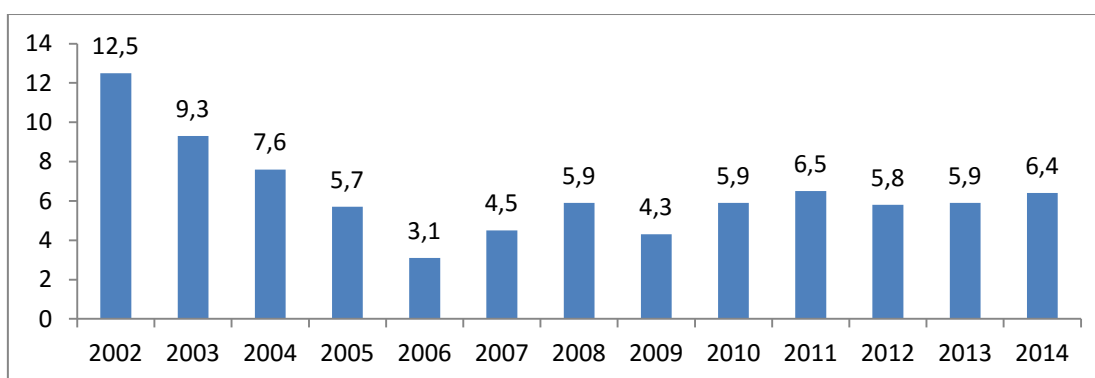
Os gráficos 1 e 2 mostram a efetiva manutenção do compromisso assumido, incluindo o primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff iniciado em 2010. De acordo com o gráfico 1, pode-se observar que o resultado primário do setor público foi mantido em superávit ao longo de todo o período, com redução apenas nos anos em que houve redução no ritmo de crescimento da atividade econômica, como em 2009 e 2014. O gráfico 2, por sua vez, assinala o comportamento estável da inflação nos mesmos anos, sempre dentro das metas de inflação definidas.

Gráfico 1 - Resultado primário do setor público - Brasil - 2002/14



Fonte: Elaboração própria a partir de Economia Brasileira em Perspectiva - Ministério da Fazenda - 2014

Gráfico 2 - Inflação anual (IPCA) - Brasil - 2002/14



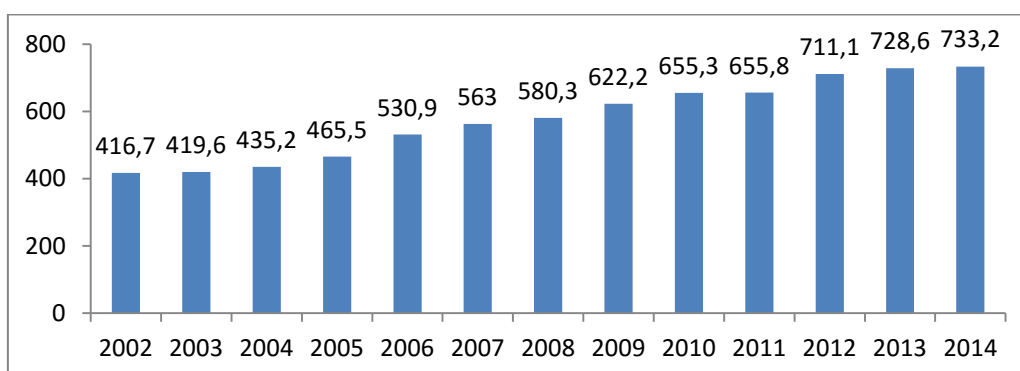
Fonte: Elaboração própria a partir de Economia Brasileira em Perspectiva - Ministério da Fazenda - 2014

Apesar da continuidade visualizada, entretanto, uma importante ruptura passa a ocorrer, sobretudo a partir de meados do primeiro mandato de Lula com a ampliação dos programas de transferência de renda e a criação de novos mecanismos fundamentais de políticas sociais e de desenvolvimento econômico. Destacam-se aí a política de valorização real do salário mínimo e a elaboração de programas de investimento na infraestrutura e oferta crescente de crédito, principalmente via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Os resultados foram evidentes. Em **primeiro lugar**, a combinação de crescimento das despesas com transferências (com papel central para o programa Bolsa Família) e, mais importante, do expressivo aumento real do salário mínimo (e, por consequência, do salário médio real no Brasil), determinou uma redução drástica da parcela de pessoas em situação de extrema pobreza no país, além de uma melhora substancial nos índices de distribuição de renda. Além disso, registrou-se um aumento efetivo nas inversões nos setores de infraestrutura e nos créditos fornecidos pelo BNDES.

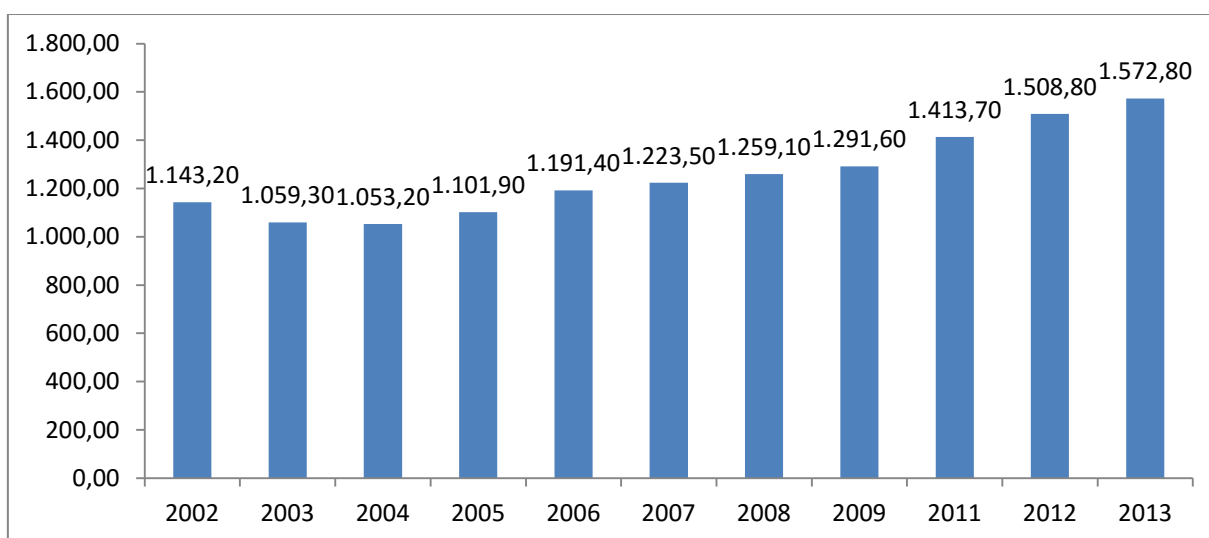
Como mostram os gráficos 3 e 4, o salário mínimo real aumentou cerca de 76% entre 2002 e 2014, enquanto o rendimento médio real do trabalho elevou-se em aproximadamente 36% (2002 a 2013).

Gráfico 3 - Salário mínimo real - Brasil - 2002/14



Fonte: Elaboração própria a partir de Economia Brasileira em Perspectiva - Ministério da Fazenda - 2014

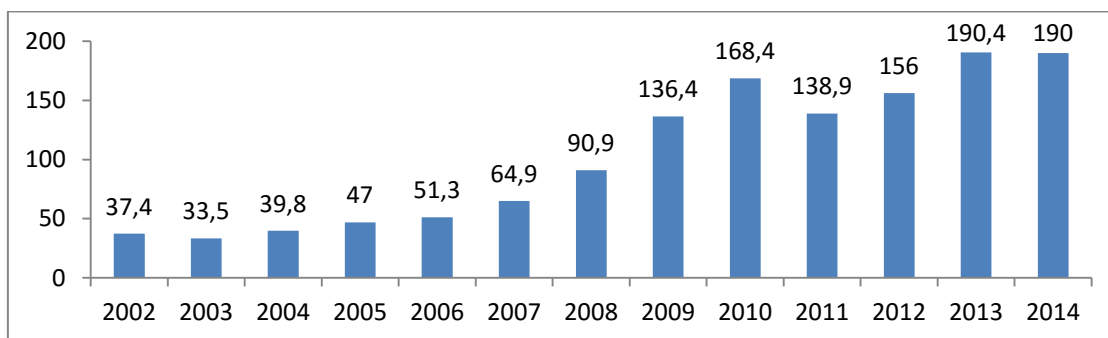
Gráfico 4 - Rendimento médio real - Brasil - 2002/13



Fonte: Elaboração própria a partir de Economia Brasileira em Perspectiva - Ministério da Fazenda - 2014

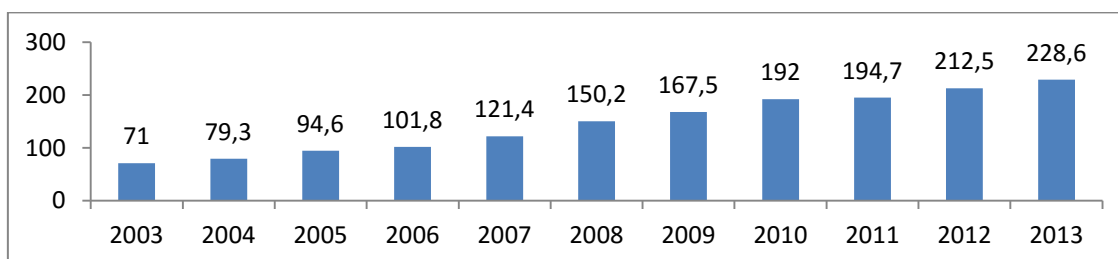
Ao mesmo tempo, os dispêndios do BNDES foram 5 vezes maiores em 2014 que em 2002, com forte aceleração a partir de 2008/9. Já os investimentos em infraestrutura foram 3,2 maiores em 2013 frente a 2002 – gráficos 5 e 6.

Gráfico 5 - Créditos do BNDES - Brasil - 2002/14



Fonte: Elaboração própria a partir de Economia Brasileira em Perspectiva - Ministério da Fazenda - 2014

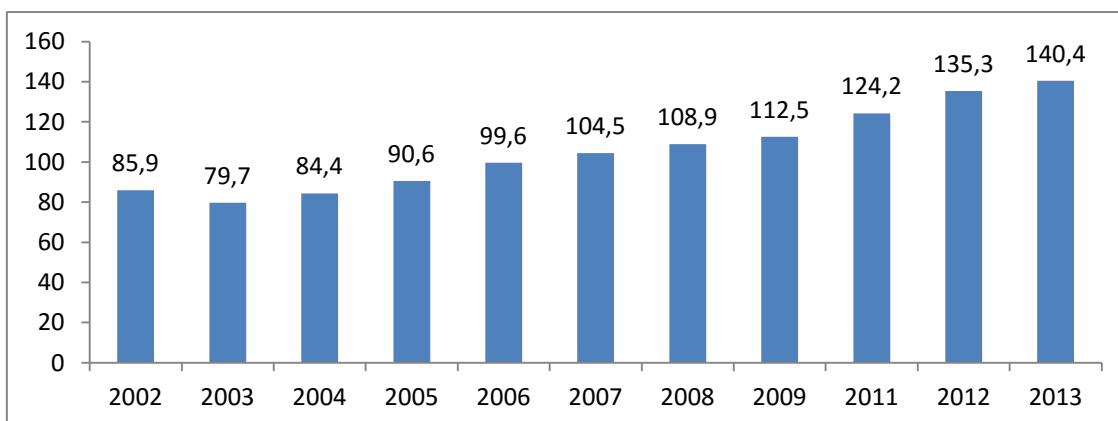
Gráfico 6 - Investimentos em infraestrutura - Brasil - 2002/13



Fonte: Elaboração própria a partir de Economia Brasileira em Perspectiva - Ministério da Fazenda - 2014

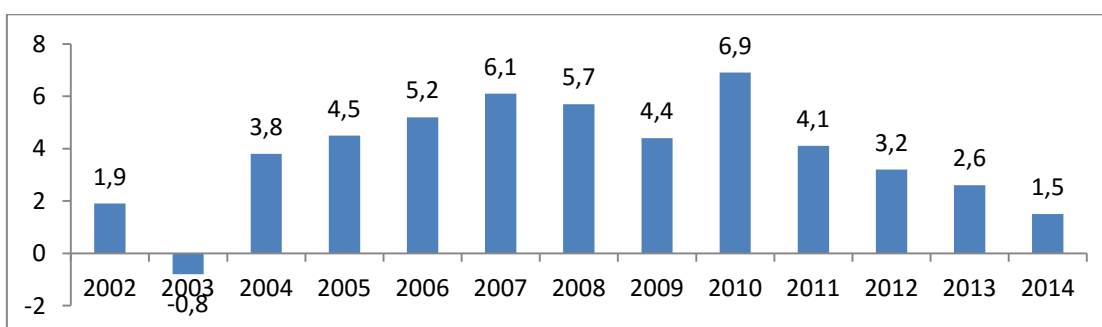
Em **segundo lugar**, esses fatores conjugados inauguraram uma nova matriz de crescimento da economia brasileira, cujo pilar fundamental passou a ser a evolução da massa salarial e seu impacto para o consumo das famílias⁴, mas contando também com aumento importante da taxa de investimento no Brasil⁵. Os gráficos 7 e 8 apresentam a evolução da massa salarial e do consumo das famílias no período de análise. A massa salarial cresceu cerca de 2/3 entre 2002 e 2013, enquanto o consumo das famílias registrou taxa de crescimento positiva entre 2004 e 2014, em especial até 2010 (crescimento médio de 4% ao ano entre 2006 e 2014). A partir de 2011, este modelo passa a perder força, apesar de manter taxas sempre positivas – tema que será retomado à frente.

Gráfico 7 - Massa salarial real - Brasil - 2002/14



Fonte: Elaboração própria a partir de Economia Brasileira em Perspectiva - Ministério da Fazenda - 2014

Gráfico 8 - Taxa de crescimento do consumo das famílias - Brasil - 2002/14



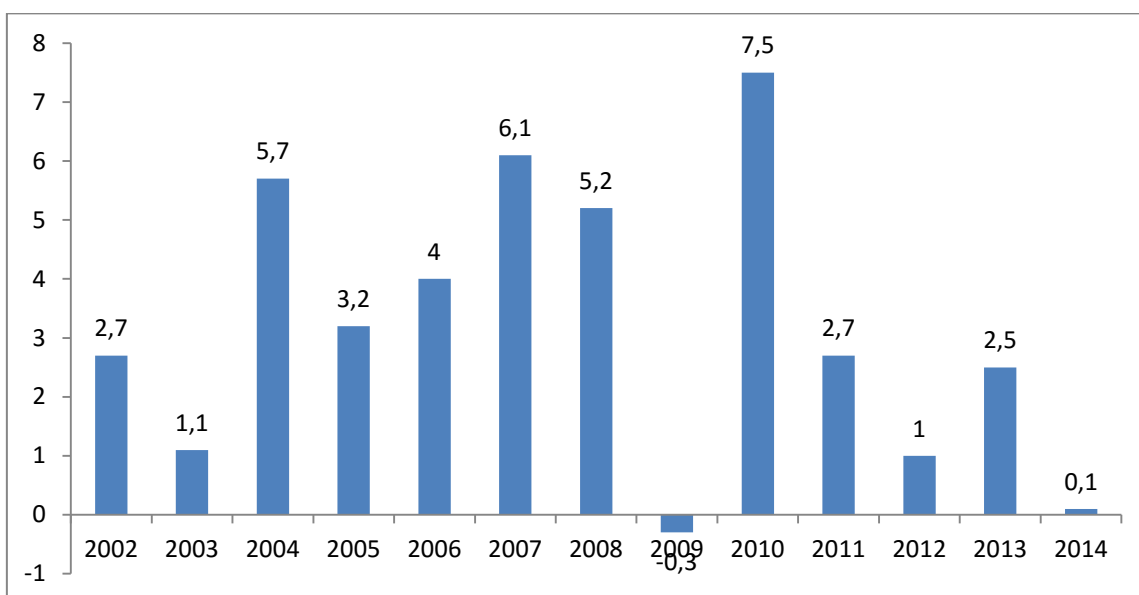
Fonte: Elaboração própria a partir de Economia Brasileira em Perspectiva - Ministério da Fazenda - 2014

⁴ Vale ressaltar ainda o papel do incontestável aumento do crédito ao consumidor e da expansão do crédito consignado no Brasil.

⁵ A taxa de investimento chegou, após muitos anos, perto dos 20% do PIB (19,5% em 2010), perdendo força a partir de então, mas ainda em níveis superiores a 2002.

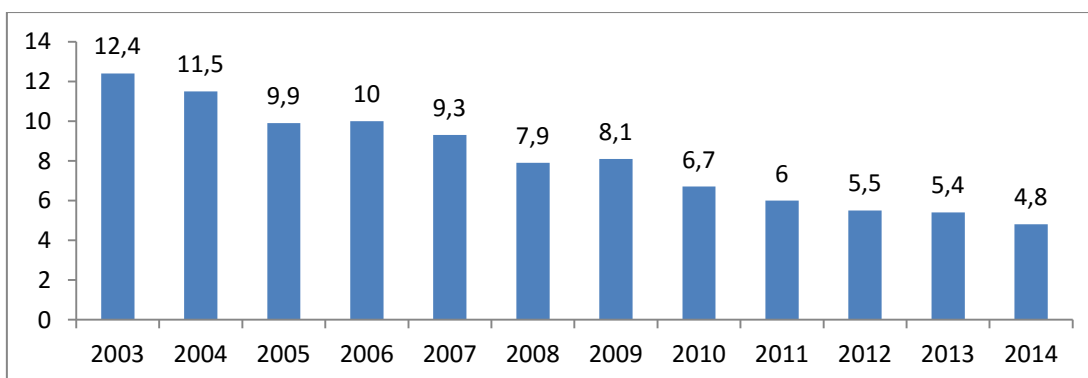
Em **terceiro lugar**, com o maior ritmo de crescimento empreendido pela economia brasileira (particularmente entre 2004 e 2010), registrou-se uma redução significativa da taxa de desemprego, que saiu da casa dos dois dígitos que marcou o índice desde os anos 1990 para 4,8% no final de 2014. Vale destacar ainda que a taxa de desemprego brasileira apresentou uma trajetória de queda constante desde o início do primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, com exceção apenas do ano de 2009, auge da crise financeira internacional, quando subiu 0,2% relativamente ao ano anterior (com queda do PIB de 0,3%) - gráficos 9 e 10.

Gráfico 9 - Variação anual do PIB - Brasil - 2002/14



Fonte: Elaboração própria a partir de Economia Brasileira em Perspectiva - Ministério da Fazenda - 2014

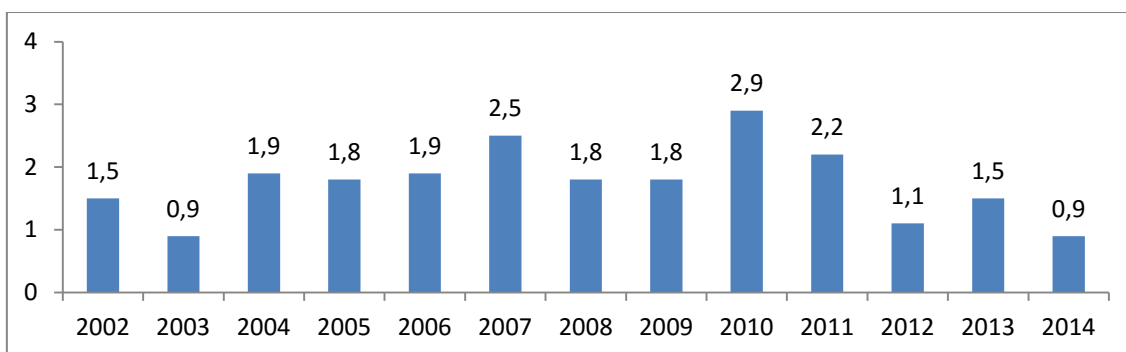
Gráfico 10 - Taxa de desemprego - Brasil - 2002/14



Fonte: Elaboração própria a partir de Economia Brasileira em Perspectiva - Ministério da Fazenda - 2014

Finalmente, cabe acrescentar que, mesmo considerando o aumento real do salário mínimo e do rendimento médio real abordados anteriormente, a criação de empregos formais seguiu crescendo forte ao longo do período, embora claramente venha perdendo força desde 2012 - ver gráfico 11.

Gráfico 11 - Criação de emprego formal - Brasil - 2002/14

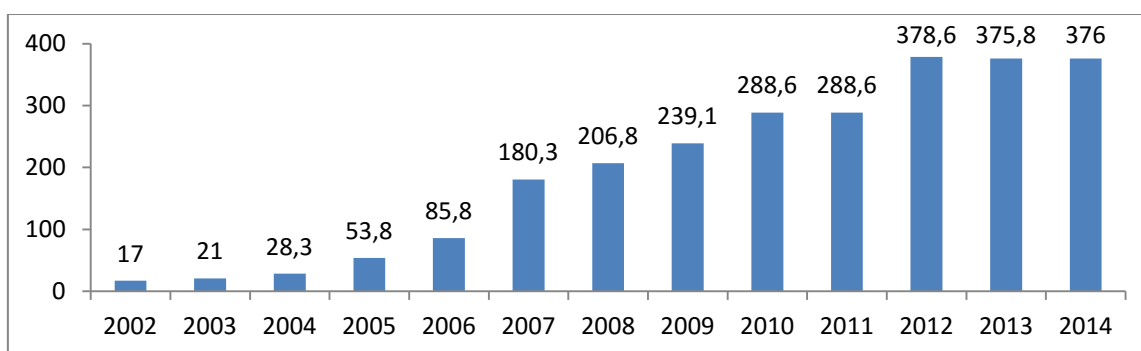


Fonte: Elaboração própria a partir de Economia Brasileira em Perspectiva - Ministério da Fazenda - 2014

Observa-se, portanto, que os números da economia brasileira não indicavam qualquer tendência a uma inflexão mais radical de desempenho, talvez introduzindo, no máximo, uma necessidade de reorientação de alguns movimentos de política econômica, sobretudo na contenção de um possível (mas ainda incerto, até 2014) descontrole inflacionário (um aumento para 6,41, já próximo ao teto, com expectativas de elevação). Isso tudo em um ambiente de retração do ritmo de crescimento a partir de 2011, principalmente. Do ponto de vista fiscal, nenhuma grande mudança até 2014, mas com uma menor capacidade de arrecadação em função do menor crescimento do PIB - quadro distante uma crise fiscal anunciada de grandes proporções, principalmente pela oposição nos debates da eleição presidencial.

No que se refere ao quadro externo, a despeito da piora das condições das transações correntes, e a expectativa de queda continuada no preço das *commodities* e seus efeitos para a exportação brasileira, a situação das reservas acumuladas (gráfico 12) ao longo dos anos anteriores garantia uma confortável possibilidade de gestão do balanço de pagamentos, sem qualquer prenúncio viável de crise externa (mesmo considerando a possibilidade e os pré-anúncios de perda do grau de investimento conferido ao país pelas agências internacionais de risco, cada vez mais questionadas no mundo quanto à sua credibilidade).

Gráfico 12 - Reservas internacionais - Brasil - 2002/14



Fonte: Elaboração própria a partir de Economia Brasileira em Perspectiva - Ministério da Fazenda - 2014

Todavia, o que se verificou foi uma forte reversão no contexto econômico brasileiro, com uma recessão importante em 2015 (queda de 3,8% do PIB), forte acirramento do processo inflacionário (o IPCA atingiu a marca de 10,7%) e, ao mesmo tempo, uma deterioração rápida e abrangente do resultado fiscal, tanto pelo viés primário (o déficit primário subiu para 1,9% do PIB) como, sobretudo, do déficit nominal, obviamente alavancado pela forte alta da taxa básica de juros no país (a dívida pública saltou de 33,7% em 2014 para 38,3% ao final de 2015). O resultado imediato foi o rápido avanço da taxa de desemprego (chegou a 6,8% no ano) e uma crescente insatisfação popular, ainda inflada pelas denúncias de corrupção cada vez mais abrangentes.

Uma pergunta evidente, nesse contexto, é: como explicar uma crise econômica que se tornou tão profunda em pouco espaço de tempo, considerando um quadro (efetivo e potencial) absolutamente distinto até meados de 2014? É o que será tratado a seguir.

3. UM ENSAIO DE TRANSIÇÃO INTERNA

Na *política*, certamente o que se observou no Brasil pós-Lula pode se resumir em dois principais fatos, a saber: **1)** o esgotamento do próprio pacto político que manteve intacto os fundamentos das políticas econômica e monetária consagradas na “Carta ao Povo Brasileiro” (2002)⁶ e **2)** tensões de classe advindas tanto das baixas taxas de desemprego quanto ao verdadeiro “cerco ao monetário”⁷ promovido no ano de 2012, notadamente nos marcos da chamada “Nova Matriz Macroeconômica”. Por outro lado, um entrecruzamento de fatores políticos com questões, *pretéritas*, de ordem econômica são essenciais e vão desde os resultados da combinação *histórica* entre altas taxas de

⁶ O esgotamento do pacto político de 2002 pode ser lido, também, como a própria demonstração da não-funcionalidade dos pressupostos do próprio Plano Real à obtenção de maiores taxas de investimentos em relação ao PIB. Trataremos disso mais adiante.

⁷ Chamamos de “cerco ao monetário” a pressão exercida pelo governo Dilma no sentido de diminuição das taxas de juros e respectivos spreads bancários incorrendo – entre os meses de abril/2012 e abril/2013 – nas menores taxas de juros praticadas na história do país: 7,25%.

juros e câmbio valorizado até a queda dos investimentos públicos percebidas no imediato pós-Lula.

Sobre a *dinâmica política*, o amplo leque de alianças que levou Lula ao governo em 2002⁸, aliado às recorrentes crises externas que atingiram o país na segunda metade da década de 1990⁹, transformaram a *legitimidade eleitoral* em grande *legitimidade política* o que, de maneira contraditória, não assegurou de *imediato* maioria congressual necessária ao governo recém-eleito¹⁰. Outro complicador estava assentado no ambiente macroeconômico. O “efeito-Lula” somado à grande vulnerabilidade externa brasileira levou a taxa de inflação, em 2002, ao patamar de 12,5% acompanhada de grande desvalorização cambial. Em grande medida, a “Carta ao Povo Brasileiro”, como visto anteriormente, antecipa uma adversa *correlação de forças*, induzindo o novel governo a compromissos que irão marcar – de forma profunda – a trajetória política e econômica recente, incluindo a presente crise. A aplicação imediata de uma política econômica *ortodoxa* estava na ordem quase natural dos acontecimentos, o que não negava *per se* possibilidade de *transição* a um novo regime interno de acumulação, como a aplicação das políticas sociais e investimentos públicos (ou com financiamento público, via BNDES) abordados anteriormente.

Acrescente-se a isso o maior protagonismo do investimento estatal, notadamente da Petrobrás e o lançamento de rudimentos de *planificação do comércio externo* (relações Sul-Sul) aproximando o país de grandes mercados externos, notadamente a China e a Índia¹¹ e as novas instituições financeiras/monetárias dos BRICS (como o Novo Banco de Desenvolvimento).

No âmbito interno, *pari passu* com tais movimentos de governo, o reordenamento da oposição ganha força com as primeiras denúncias de compra de votos (mensalão) e primeiras denúncias de corrupção que, num primeiro momento, mostraram-se capazes de derrubar um a um os principais membros do núcleo duro do governo, notadamente o

⁸ Um ensaio de aliança com o setor produtivo nacional estava contida na própria chapa majoritária vencedora nas eleições de 2002. O vice-presidente eleito, José Alencar Gomes da Silva (1931-1911) era um empresário bem-sucedido do ramo de têxteis, presidente da Companhia de Tecidos do Norte de Minas (COTEMINAS).

⁹ Referimo-nos às crises resultante da contenção de liquidez internacional a partir de 1997.

¹⁰ Importante notar que nas eleições de 2002, o Partido dos Trabalhadores (PT) elegeu 91 deputados federais e apenas três governadores (Acre, Mato Grosso do Sul e Piauí). Agregando o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Popular Socialista (PPS – que saiu do governo em meio às denúncias do “mensalão”), apoiantes em primeira hora no segundo turno das eleições, a base expandida do governo não chegava a 200 deputados num total de 513. No Senado Federal formado por 81 senadores, esta composição (base governista expandida) continha apenas 19 senadores, sendo dez do PT.

¹¹ A nosso ver todo esse processo não deve se restringir a uma visão estática de *wage-led x investment-led*. O desenvolvimento econômico é um processo cíclico que comporta momentos de maior protagonismo do consumo com outros, onde o investimento ganha força. No caso brasileiro, restringir o debate a esta falsa dicotomia pode deslocar o que há de essencial no processo. O Brasil, por exemplo, fez escolhas estratégicas em matéria de política internacional que foram essenciais ao sucesso da dinâmica inaugurada em 2003. Por exemplo, as relações Brasil-China não se restringem a uma troca desigual entre países. Afora o caráter estratégico desta relação, deve se notar os crescentes investimentos chineses no país desde então; além das possibilidades abertas de financiamento pelo recém-formado Novo Banco de Desenvolvimento (comumente chamado de Banco do BRICS). Essa viragem na diplomacia brasileira também deve ser objeto de análise à presente crise política.

então Ministro Chefe da Casa Civil (José Dirceu) e o todo poderoso Ministro da Fazenda (Antonio Palocci). Estava forjada, neste processo, o atual e poderoso condomínio oposicionista formado sobretudo pelos três principais partidos de oposição (PSDB-DEM-PPS) e o grande conglomerado midiático. Porém, o sucesso dos programas de transferência de renda garantiu, com folga, um segundo mandato ao presidente Lula.

Esse segundo mandato desenvolveu-se na esteira de um forte crescimento econômico sob os quatro alicerces expostos. Coroou-se o duplo processo relacionado entre a plena composição da base do governo, já com a importante presença do PMDB, com o de isolamento da oposição, apesar da crescente força de seu braço principal, a mídia. Qual a grande impressão passada deste período, além da *aparência*? Seria o sucesso dos governos Lula algo explicado somente pelo *efeito demanda* provocado pela China acrescido por notáveis programas sociais? Qual o grande acerto em matéria de *política* a ser realçado?

Na tentativa de superar as visões *estilizadas* sobre o período é instigante perceber que, sim, os dois mandatos de Lula devem ser inseridos num contexto de *transição* do neoliberalismo a um Novo Projeto Nacional Brasileiro. Transição neste sentido deve ser compreendida como um processo de *unidade de contrários* entre um *velho* que persiste e novos elementos capazes de projetar um salto. Se no *velho* estão contidas as institucionalidades consagradas na década de 1990 (por exemplo, a política de metas de inflação e o “tripé macroeconômico”) e na “Carta ao Povo Brasileiro”, o *novo* ganha força arremetido pela crise financeira internacional cujo enfrentamento suscitou o fortalecimento de instituições como o BNDES, a Petrobrás, o mercado interno de capitais e de relações mais diversificadas com o resto do mundo, incluindo amplo protagonismo brasileiro em todos os fóruns internacionais¹².

Os dois governos Lula marcaram uma *ruptura* em meio à *continuidade*. Reprisou transições anteriores, notadamente as relacionadas aos processos de Independência (1822), Abolição/República (1888-89) e a Revolução de 1930. Todas caracterizadas por “meias rupturas”¹³ levadas adiante por amplas maiorias políticas, *heterogêneas*¹⁴. Diante de uma *correlação de forças* adversa Lula demonstrou capacidade política de ampliação com a formação de um governo *heterogêneo* unindo desde forças claramente *ortodoxas* (Banco Central) até *desenvolvimentistas* convictos (José de Alencar), porém

¹² Se relacionarmos o grau de independência nacional de um país com sua capacidade interna de financiamento da produção é notável o fato de a Petrobrás ter realizado a maior operação de captação do mundo no mercado de capitais nacional. No final de setembro de 2010 esta mesma empresa captou cerca de US\$ 70 bilhões na BOVESPA. Tratou-se da “maior operação de captação do mundo” até então. O fato é uma alvissara diante de determinados fatos e *processos históricos*. Por exemplo, entre 1998 e 2002, o Brasil recorreu três vezes ao Fundo Monetário Internacional. Por outro lado, em 2009 o Brasil passou a ser credor desta instituição. Algo inimaginável, diga-se de passagem. Expressão de um ensaio de *transição*.

¹³ Sobre essa dinâmica histórica/política brasileira de “meias rupturas”, ler: RANGEL, I.: *A história da dualidade brasileira*. In: RANGEL, I.: **Obras Reunidas**. v. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

¹⁴ Sobre as transições brasileiras capitaneadas por maiorias heterogêneas, ler: REBELO, A.: *A chave das maiorias heterogêneas*. **Princípios**. Ed. 68. Fev/Mar, 2003. pp. 20-21.

com um núcleo programático muito claro que envolveu desde políticas sociais incisivas a uma política comercial agressiva.

Mas o ponto forte de um governo – claramente de coalizão – carrega dentro de si sua própria fragilidade, muitas vezes residente não somente na esteira das forças políticas em *movimento*. Vale destacar ao menos três pontos de fragilidade. **A primeira** delas é a própria fluidez das forças políticas arregimentadas em torno do presidente Lula, notadamente o PMDB. Se por um lado, com o apoio desta força tornou-se possível colocar em execução programas sociais com alto grau de profundidade, inclusive política¹⁵, por outro a própria complexidade desta força foi ficando evidente na mesma proporção em que a economia passou a emitir sinais de esgotamento, sobretudo no interregno entre os anos de 2012 até o presente momento¹⁶.

O **segundo ponto** de fragilidade pode estar na possibilidade de menosprezo, por parte do governo, da capacidade da oposição se reagrupar e o papel conferido à grande mídia neste processo. É notória a percepção para quem a mídia tornou-se, desde 2005, grande elemento de desestabilização e que claramente substituiu os apequenados partidos de oposição na condução – e tentativa – de desconstrução dos feitos dos governos liderados por Lula. O sucesso dos programas sociais e o conseqüente crescimento econômico certamente deslocou o governo de medidas *estratégicas* e com puro sentido de *aprofundamento democrático*, entre estas medidas não há dúvidas sobre a centralidade da reforma da mídia, tendo em vista a capacidade de subversão da subjetividade que dela emana e que assistimos, com mais intensidade, hoje.

Por fim, o **terceiro ponto** encerrado nos compromissos resumidos na “Carta ao Povo Brasileiro” e as contradições – cada vez mais latentes – entre os estertores da transição de uma dinâmica de formação prévia de poupança, logo proibitiva ao investimento, à outra, mais centrada no consumo e no investimento. Uma nova ordem institucional surgia em plena contradição com outra, *pretérita*¹⁷. A combinação entre um programa de governo voltado à geração de empregos e abertura de mercados externos com a necessidade de cumprimento de metas fiscais e de inflação gerou deformações que somente a superação da *institucionalidade pretérita* seria capaz de enfrentar. Os números são sugestivos: a relação investimentos x PIB, e seus respectivos picos nos

¹⁵ É irresistível perceber a queda da influência do antigo PFL, hoje Democratas, em sólidos redutos eleitorais – notadamente na Região Nordeste. Causa e consequência dos programas de transferência de renda e maciços programas de investimento na citada região. A região Nordeste foi a que mais cresceu no país entre 2003 e maio de 2014 a região aumentou seu PIB em 58% frente a média nacional de 48%. Em 2012, sua participação no PIB nacional chegou ao seu maior índice histórico, 13,5%.

¹⁶ A nosso ver, sobre o PMDB, não guarda serventia caracteriza-lo como uma força de caráter puramente fisiológica ou coisas do tipo. A compreensão da dinâmica política do PMDB guarda mais profundidade ao analisar sua história, composição e prática em correspondência com o caráter complexo do Brasil e as diferentes dinâmicas de classes sociais percebidas, *regionalmente*.

¹⁷ Um quadro contendo os componentes institucionais da dinâmica de acumulação implementado na década de 1990 pode ser encontrado em: BRUNO, M. *Ortodoxia e Pseudodesenvolvimentismo: nunca dantes uma receita foi tão infeliz*. **Insight Inteligência**. Abril, Maio, Junho/2015. p. 94-105. Este “choque de institucionalidades” foi por nós tratado em: JABBOUR, E.; DANTAS, A. : *O presente e o futuro do capitalismo brasileiro em Ignacio Rangel*. Artigo no prelo em homenagem à Ignacio Rangel à publicação editada pelo BNDES/ABDE em alusão ao centenário de Ignacio Rangel e Rômulo Almeida.

terceiros trimestres de cada ano, desde 2002, nunca foi maior do que 20%. Sendo a maior média anual do período registrada em 2010 (19,46%).

A utilização da taxa de câmbio, como forma de compensar (para fins de combate à inflação) a queda da taxa de juros a partir de 2006, levou a balança comercial da indústria de transformação de superávit da ordem de US\$ 24,06 bilhões em 2004, para deficitária em US\$ 63,5 bilhões em 2014¹⁸. O primeiro plano distante da superfície da análise do processo está na combinação histórica entre *altas taxas de juros e valorização cambial*, variável última que chegou à casa do US\$ 1 = R\$ 1,50 no crepúsculo do segundo mandato do presidente Lula e com a variável juros renunciando o fim da era do *wage-led*¹⁹. A taxa SELIC ajustada não somente à *precificação da moeda*, mas também como *referência geral de preços* torna-se o principal elemento de *inércia* da economia.

Mudanças de dinâmica de acumulação devem ser precedidas por alterações profundas de ordem política/institucional. Existem questões em aberto, e que apesar da curta distância histórica, não devemos tentar nos furtar em buscar respostas. Será que não se aproveitou a oportunidade aberta pela crise financeira internacional, e a consequente defensiva neoliberal, à superação dos marcos fundamentais do Tripé Macroeconômico?

Uma difícil resposta. Importante fazermos menção a alguns fatos e uma conjuntura. A primeira medida do governo, em outubro de 2008, foi anunciar uma saída pelo *campo fiscal* com a redução do *superávit primário*. Por outro lado, a demora na queda da taxa de juros fora compensada com uma queda em cinco pontos percentuais durante todo o ano de 2009. Uma grande, e acertada, aposta fora anunciada em março de 2009 com o lançamento de um imenso programa habitacional, o “Minha Casa, Minha Vida”. Tais movimentos indicavam o fortalecimento do *campo desenvolvimentista* dentro do governo numa clara mudança em relação a um início de primeiro mandato marcado por forte aperto fiscal e monetário. Logo, a questão não é somente de *velocidade* da transição, mas – principalmente – de *profundidade*.

Qual o ambiente interno a uma mudança desta magnitude quando o crescimento do PIB atingiu – em pleno ano eleitoral – a casa dos 7,5%; a taxa de desemprego, 6,7% e a inflação, 5,9% - portanto da dentro da meta “cheia” – e com a popularidade do presidente alcançando o pico de 87%? A necessária visão de *estadista*, daquele capaz de enfrentar contradições políticas e estratégicas de fundo, indicando rumos, pode ter sido nublada pelo *espontaneísmo* do próprio *estadista*. Ao indicar o rumo da ampliação da

¹⁸ *Déficit na indústria atinge US\$ 63,5 bilhões em 2014. Valor Econômico. 24/02/2015.* É evidente que a superação desta ordem punitiva à indústria e ao investimento demanda a combinação entre baixas taxas de juros e câmbio desvalorizado, algo complicado diante de uma institucionalidade que coloca o combate à inflação via compressão da demanda à frente. A lógica desta institucionalidade demanda, no máximo, contrapartida em um dos dois preços básicos. Redução da taxa de juros reclama valorização cambial. Desvalorização cambial deve ser precedida por altas taxas de juros, como temos observado nos dias de hoje.

¹⁹ Ainda que tenhamos reduzido substancialmente a taxa de juros desde 2006, a mesma ainda era demasiadamente alta em comparação aos padrões internacionais. Neste espaço não trataremos desta controvérsia envolvendo a desindustrialização recente, ou não, do país.

parcela do consumo em relação ao PIB, Lula arremeteu ao seu passado de operário atingido duramente pelas crises de 1973 e 1979 e do político popular à frente da resistência às políticas antissociais da década de 1990. Certamente, a visão estratégica – do problema estratégico anexo às institucionalidades consagradas na década de 1990 – foi prejudicada.

4. A ESCALADA GOLPISTA

Por mais paradoxal que seja, a substituição de Lula por Dilma ensejou um reagrupamento da oposição. Em certa medida o *cálculo* mostrou correção. Afinal Dilma não carregava em si o carisma e o símbolo encerrados em Lula. Ao contrário, a postura de gerente atribuída a ela pelo ex-presidente também poderia refletir, e refletiu, uma percepção de pouca afeição à *política* da sucessora. Algo que provaria ser fatal num país cuja história atesta a necessidade de amplitude e necessidade de grandes arranjos políticos à sustentação de determinados pactos políticos. A crise política que nos assola atualmente guarda raízes justamente no quase desmoronamento da frente política que sustentou o projeto vitorioso nas eleições de 2002. Esta possibilidade refletida na personalidade dura da presidente Dilma foi amplamente explorada. Ao lado disso, a oposição num processo contínuo e calculado de *acúmulo de forças* ancorado na grande mídia, conseguiu angariar a simpatia de uma classe média sensível a temas de cunho moral, sendo a principal delas a questão da corrupção²⁰.

Ao que tudo indica, Dilma Rousseff, talvez numa ação coordenada com o próprio ex-presidente Lula, tenha partido à recuperação da classe média. Por exemplo, pressionada pela mídia, somente no primeiro ano de governo seis ministros foram demitidos após denúncias de corrupção. Nesta esteira, além do ambiente econômico estável, sua popularidade alcançou 64% de aprovação (ótimo ou bom) em abril de 2012. Pode-se sugerir que o início de uma ofensiva conservadora tenha atingido as decisões governamentais *macro* desde o final de 2010.

O movimento da taxa SELIC voltou à ascendente no mês de fevereiro de 2010 quando saiu de 8,5% para 12,5% em agosto de 2011²¹, num movimento de contração do crédito auxiliado (desde 2011) por *medidas macroprudenciais*. No final deste mesmo ano o governo decidiu elevar fortemente a meta de superávit primário para 3,1% do PIB em 2011. Segundo SERRANO E SUMA (2015, p. 1):

“This rapid increase in the primary surplus was only possible thanks to a strong reduction in the growth of public spending. In 2011, public investment, both of the central government and the state-owned companies, fell dramatically, by 17.9 percent and 7.8 percent in real

²⁰ José Serra (PSDB), o candidato derrotado no segundo turno das eleições de 2010, obteve 43,95% dos votos válidos, enquanto Geraldo Alckmin, suplantado por Lula no segundo turno em 2006, contou com 39,17% dos votos. Esse processo de *acúmulo de forças* é consagrado nas eleições gerais de 2014 quando Aécio Neves obtém 48,3% dos votos válidos.

²¹ Banco Central do Brasil.

terms, respectively. The government's contractionary policies led to a pronounced decline in private investment as well, so that total investment (public and private) fell sharply. After growing at an average annual rate of 8.0 percent between 2004 and 2010, peaking at 18 percent in 2010, gross fixed capital formation over 2011-2014 grew by just 1.8 percent annually”

Esta decisão – ao lado das citadas demissões – consolidaram o processo de *acúmulo de forças* por parte da oposição. O mais interessante: em um momento de claro desgaste das concepções neoliberais no mundo e no Brasil e após o sucesso de uma orientação interna de combinação entre aumento dos investimentos públicos e expansão do consumo. Outro aspecto é o rumo da transição indicado, sobretudo a partir do segundo mandato de Lula, e a questão da oportunidade (ou não) perdida de superação da ordem institucional implantada na segunda metade da década de 1990. Neste mister, certamente o aumento da taxa de juros, o anúncio de medidas macroprudenciais e a elevação do superávit primário podem indicar uma chance perdida num momento de grande força e prestígio tanto de Lula quanto de Dilma. E quando, talvez, intentou-se um experimento desta magnitude, sobretudo a partir de 2012, o *timing político* pode ter-se esvaído.

Surpreendentemente, o final do governo Lula e o início de Dilma marcaram um rompimento de cerco ao neoliberalismo nacional, denunciando que as políticas expansionistas poderiam ter tido hora de início e término e que o Brasil deveria manter o rumo estratégico indicado nos anos de 1994 e 1999. Ao menos essa viragem do segundo semestre de 2010 até o início de 2012 pode sugerir essa indicação numa coincidência de fatores políticos, econômicos e institucionais que marcaram o início de um fulminante processo de *acúmulo de forças* por parte da oposição, capitaneada por seu braço midiático²².

Os impressionantes acontecimentos iniciados em maio de 2013 até o resultado eleitoral de 2014 são um vasto material de análise ainda pouco explorado. Segundo SINGER (2015, p. 44):

“De 2011 a 2012, em iniciativa política inesperada, os desenvolvimentistas invadiram a cidadela sagrada das decisões monetárias e avançaram aos saltos, pressionando instituições privadas para reduzirem os próprios ganhos, com o apoio das divisões pesadas dos bancos públicos e de ousada mudança nas regras da poupança. Quando a refrega parecia ganha, (...), o poderoso Banco Central (BC) voltou a elevar a taxa SELIC (abril de 2013) e, na prática, devolveu ao mercado financeiro controle sobre parte fundamental da política

²² A pressão exercida pela inflação pode ser outro elemento a ser destacado. A inflação de 2011 foi de 5,9%, a maior desde 2006.

econômica. A decisão tornava manca a perspectiva de retomada do desenvolvimento nacional (...)”

Esta passagem é suficiente ao levantamento de – ao menos – três questões. **A primeira**, o alcance do avanço proposto com a inauguração da “Nova Matriz Macroeconômica”²³ em 2012 deveria sugerir um imenso *acúmulo de forças* da parte do campo político liderado pelo PT que na verdade ocorreu rapidamente após a crise financeira internacional, porém sustada desde o segundo semestre de 2010. A ousada proposta de mudança na condução econômica, neste sentido; por ser inesperada, não foi precedida por preparo político prévio, talvez por menosprezar o grau de batalha à espreita. A subestimação da capacidade de reagrupação política do campo conservador mostrou-se fatal. A derrota da curta experiência, avassaladora²⁴.

A **segunda** que deve se inserir na passagem que incide sobre a “devolução” – em abril de 2013 – ao mercado financeiro, pelo BC, do controle sobre “parte fundamental da política econômica”. Esta devolução de poder ao mercado financeiro é parte de um todo que envolve a própria tomada, pelos liberais, do aparelho de Estado – sobretudo após o processo de redemocratização na metade da década de 1990, a eleição de Collor e os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Não deve parecer surpresa que a oposição a políticas de cunho inclusivas e desenvolvimentistas partiriam de quadros internos ao aparelho de Estado²⁵. Causa perplexidade perceber que instituições forjadas ao esforço desenvolvimentista da era getulista se tornaram *esteio institucional legitimador* a opiniões de economistas do campo liberal e ultraliberal, sobretudo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Banco Central, neste sentido, seria somente expressão de um *bunker* antidesenvolvimentista pronto a articular um *dumping* sobre o Estado, a partir do *próprio Estado*²⁶.

O **terceiro** ponto diretamente relacionado com o comportamento dos empresários. Interessante notar que em grande medida a “Nova Matriz Macroeconômica” foi ao encontro de demandas há muito colocadas por empresários, sobretudo os ligados a

²³ A “Nova Matriz Macroeconômica” sugeria um maior protagonismo do Estado na condução da política econômica. Na prática redundou numa queda da taxa de juros de 12,5% para 7,25% entre abril de 2011 e abril de 2013, certamente pressionada pela presença dos bancos públicos no mercado de crédito. Ampla atuação do BNDES que no segundo mandato da presidente Dilma desembolsou cerca de R\$ 400 bilhões, intervenção governamental no sistema de preços do setor elétrico, desonerações fiscais e controle sobre o fluxo de capitais e políticas de conteúdo nacional e lenta desvalorização do real frente ao dólar. O rumo desta mudança radical estava no correto diagnóstico para quem a manutenção do progresso social obtido nos anos Lula demandava crescimento econômico anual da ordem de 5%.

²⁴ Neste tocante, a seguinte citação de SINGER (2015, p. 44) guarda imenso significado: “*A perspectiva de acelerar o lulismo acaba por produzir a maior crise econômica desde 1992, com desemprego em massa e queda na renda dos trabalhadores. Vencida e humilhada, a antiga chefe das hostes desenvolvimentistas, agora reduzida a 13% da ‘popularidade’, não consegue sequer usar a rede obrigatória no Primeiro de Maio de 2015, temerosa de provocar panelaço semelhante ao que ocorreria, um mês e meio antes, por ocasião de pronunciamento relativo ao Dia da Mulher*”.

²⁵ Trata-se de uma temática que deverá guardar centralidade à compreensão da dinâmica política nacional.

²⁶ Escrevemos sobre este fenômeno anteriormente, em: JABBOUR, E.: *Plano Real (1994): o banditismo de Estado no poder. Portal Vermelho*, 07/04/2014. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=5871&id_coluna=17

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Um diálogo inédito, em 2011, entre a própria FIESP e as centrais sindicais produziu um documento pontuando as medidas necessárias à contenção da regressão industrial verificada desde a década de 1990²⁷. Porém, o que se verifica no desenrolar do processo foi um lento, porém firme, distanciamento do empresariado em relação ao governo – a ponto de se tornar uma das bases de apoio ao impedimento da presidente Dilma.

Outras questões que em si já estão contidas possíveis respostas: em 2011, ao “retirar” do sistema financeiro a prerrogativa de determinar o *preço da moeda*, não estaria o governo indo ao encontro dos interesses do setor produtivo, tendo em vista uma possível *contradição de classe* entre os setores *produtivo* e *financeiro*? Ou faltou ao governo uma leitura exata da transmutação do grande empresário industrial em *rentier*, dada a natureza da própria dinâmica de acumulação inaugurada na década de 1990, acrescida de uma firme resposta destes mesmos empresários ao processo de fortalecimento da classe trabalhadora como causa e consequência de uma situação de quase *pleno emprego*?²⁸

A transformação da contraofensiva conservadora de uma *guerra de posição* ao patamar de *guerra de movimento* necessitava de certo apelo capaz de mobilizar a classe média que desde as eleições de 2010 se deslocava do governo. A formação de uma sólida *base social* estava na ordem dos acontecimentos. A oportunidade surgira com a eclosão das manifestações de junho de 2013. O movimento inicia-se como contestação a aumentos da tarifa de ônibus, primeiramente em São Paulo. Transbordando para pautas avessas ao Estado e, conseqüentemente, a política²⁹.

As manifestações de junho assentam dois movimentos que foram fundamentais ao isolamento do governo e o fim da experiência da “Nova Matriz Macroeconômica”. O primeiro movimento foi o de **desembarque do empresariado produtivo do governo**, agora em aliança aberta com o *rentismo*. O segundo diretamente relacionado com a **captura das manifestações pela mídia** que tardou a abraçar as possibilidades abertas pelo movimento, e ao abraça-las tratou-a de despolitiza-la e utiliza-la no sentido de pautar ao governo a necessidade de mudanças profundas na política monetária. A retórica contra a política e os políticos atingiu seriamente a popularidade da presidente.

²⁷ Trata-se do texto, *Brasil do diálogo, da produção e do emprego*. **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/brasil-do-dialogo-pela-producao-e-emprego/>

²⁸ Amparado em estudos do professor Ruy Braga, André Singer aponta o aumento do poder de barganha da classe trabalhadora o que, *per si*, guarda motivo suficiente a um afastamento do capital industrial, seja do governo, seja de uma linha tênue de aliança com os trabalhadores conforme se lê (SINGER, 2015, p. 65): “O número de paralisações, que já vinha subindo desde 2008, atingiu quase 87 mil horas paradas em 2012, o maior índice desde 1997, e continuou a crescer. Segundo Braga, houve 873 greves em 2012 com um salto para mais de 2 mil em 2013”.

²⁹ Evidente que a ascensão aos mercados de trabalho e consumo de milhões de famílias desde 2003 tenderia a demandas por maior mobilidade urbana e de serviços públicos de qualidade. Na verdade, o início das manifestações denunciava uma clara rebelião das *relações de produção* com as *forças produtivas*, neste caso mais uma expressão da transformação da crise agrária de *superpopulação* em crise urbana, também, **de superpopulação**.

Antes das manifestações o “ótimo e bom” que era de 65% em março de 2013 caiu para 30% no final dos protestos³⁰.

O cerco ao desenvolvimentismo fora consolidado. A reação do governo atesta isso, conforme SINGER (2015, p. 56-57)³¹:

“Ao reagir à onda de protestos, Dilma propôs a responsabilidade fiscal como o primeiro dos cinco pactos que deveriam reunificar a nação e, no final de julho de 2013, promoveu um corte de 10 bilhões de reais no orçamento de 2013, ‘em resposta, sobretudo, ao mercado financeiro, que o acusa [ao governo] de leniência com a inflação’. No começo de 2014, o gasto público foi outra vez cortado, abandonando-se o projeto de lei que reduzia as dívidas de estados e municípios. A prefeitura estratégica comandada por Haddad viu-se estrangulada, pondo em perigo o futuro da gestão. Some-se à contenção dos gastos públicos os juros sempre em elevação, e será compreensível que o crescimento do pib em 2014 tenha sido zero. A política monetária e fiscal contracionista, junto com a profunda desconfiança da burguesia, anulava as tentativas da nova matriz de elevar o investimento, o qual apresenta uma queda de 4,4% em 2014. Com o declínio da atividade econômica, cai a arrecadação, deixando o Estado vulnerável às propostas de ajuste fiscal que se tornarão ubíquas”.

Os passos seguintes deste processo foram marcados por uma precipitação de acontecimentos que levaram ao impeachment da presidente Dilma Rousseff. Prejudicada por movimentos audaciosos do presidente da Câmara, Eduardo Cunha – que por sua vez contou com uma ampla *unidade tática* da oposição em torno do impeachment³², da amplificação *just in time* dos primeiros resultados da Operação Lava Jato e de um processo de transformação em *movimento de massas* de um movimento de características ultraconservadoras –, teve seu governo enfraquecido e em rápido processo de isolamento político e institucional³³.

³⁰ *Popularidade de Dilma cai 27% após protestos. Folha de S. Paulo*, 29/06/2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>

³¹ Uma análise análoga a de Singer, e mais recente (às vésperas da votação do impeachment na Câmara dos Deputados), foi elaborada por Perry Anderson: *Crisis in Brazil. London Review of Books*. V. 38, n° 38. 21 April 2016.

³² À análise deste processo guarda centralidade o acordo de *unidade tática* da oposição tendo em vista que durante boa parte da crise política uma *unidade estratégica* em torno da necessidade de deslocar as forças sustentadoras do projeto vencedor em 2002, 2006, 2010 e 2014 nunca fora acompanhada por uma unidade de caráter tática. Unidade esta que redundou num consenso conservador em torno da necessidade de impedimento da presidente da República.

³³ Existem características brasileiras no que se refere à situação de “isolamento político-institucional” da presidente da República. Na verdade, uma visão larga da referida situação deverá remeter ao papel exercido por órgãos de Estado no processo, notadamente o poder judiciário, o Ministério Público e a Polícia Federal. Órgãos estes compostos – em sua maioria – por membros advindos da pequena burguesia de grandes centros urbanos. Com forte viés moralista tiveram papel de proa ao formar uma unidade em torno das investigações da Operação Lava Jato conduzida por um juiz de primeira instância (Sérgio

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um senso comum paira sobre o país quando o assunto é a crise política que culminou no impedimento da presidente Dilma Roussef. É recorrente o *parti pris* para quem a crise política é decorrência de uma crise econômica, que por sua vez, tem na crise fiscal sua face mais visível. Se existe alguma ponta de verdade nesta afirmação, ela deve ser buscada numa atitude que variou da euforia à extrema hostilidade por parte do empresariado com as induções indicadas na “Nova Matriz Macroeconômica” e as desonerações fiscais anexas a uma política de troca do investimento público pelo seu congêneres privado³⁴. Até então – é evidente, como demonstrado neste artigo –, que os números da economia brasileira até 2014 não servem de base a uma explicação convincente sobre as causas da crise política.

A presente crise fiscal deve ser vista sob um ângulo *latu sensu*, o que significa abrir mão da ciência econômica vista como um *sistema fechado de ações* (Economia Clássica e Neoclássica) à uma ótica de redundância da *dinâmica das classes sociais no processo de produção, circulação e distribuição* (Economia Política). A crise fiscal, assim sendo, também – e principalmente – é produto de uma deliberada ação do empresariado³⁵ que ao não responder as induções governamentais (pela via das desonerações fiscais, por exemplo) postou-se na linha de frente da *coalisão conservadora*, encetando uma crise econômica de dimensões gigantescas e criando as condições objetivas ao sucesso de uma empreitada de caráter *golpista*.

Uma verdadeira resposta ao aumento do poder aquisitivo da população e a situação de ampla empregabilidade causada pela crescente ação do Estado na economia, conforme demonstrado nos gráficos inseridos na primeira seção deste artigo. Algo que já nos alertava KALECKI (1943, p. 327) em uma citação que deverá nos obrigar a uma reflexão mais profunda sobre a verdadeira essência da presente crise brasileira:

“(...) the maintenance of full employment would cause social and political changes which would give a new impetus to the opposition of the business leaders. Indeed, under a regime of capitalist full employment, the ‘sack’ would cease to play its role as a disciplinary measure. The social position of the boss would be undermined, and the

Moro), habitué de cursos de formação contra crimes fiscais oferecidos pelo Departamento de Estado dos EUA, influenciado pela experiência da Operação Mãos Limpas (Itália). Na ponta do processo podemos, tranquilamente, admitir que houve um golpe institucional levado a cabo por aparelhos do próprio Estado cujos processos judiciais naturalizaram práticas dignas de um verdadeiro estado policial, de exceção.

³⁴ Conforme já indicado, a troca dos investimentos públicos por políticas típicas pelo “lado da oferta” tornou-se um erro estratégico fatal.

³⁵ Algo reconhecido, inclusive, por Marcos Lisboa – um dos principais nomes da ortodoxia brasileira. ‘Setor privado cavou essa crise’, diz Marcos Lisboa, presidente do Insper. **O Estado de S. Paulo**, 07/12/2015. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,setor-privado-cavou-essa-crise--diz-marcos-lisboa--presidente-do-insper,10000004079>

self-assurance and class-consciousness of the working class would grow. Strikes for wage increases and improvements in conditions of work would create political tension. It is true that profits would be higher under a regime of full employment than they are on the average under laissez-faire; and even the rise in wage rates resulting from the stronger bargaining power of the workers is less likely to reduce profits than to increase prices, and thus adversely affects only the rentier interests. But 'discipline in the factories' and 'political stability' are more appreciated than profits by business leaders. Their class instinct tells them that lasting full employment is unsound from their point of view, and that unemployment is an integral capital the 'normal' capitalist system".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P.: *Crisis in Brazil*. **London Review of Books**. V. 38, nº 38. 21 April 2016.

BRUNO, M. *Ortodoxia e Pseudodesenvolvimentismo: nunca dantes uma receita foi tão infeliz*. **Insight Inteligência**. Abril, Maio, Junho/2015. p. 94-105.

DANTAS, A. *Neoliberalismo e globalização: uma visão crítica ao discurso oficial* In: **Memória, Representações e Relações Interculturais na América Latina**. Nuseg/UERJ, 1998, p. 9-17.

DANTAS, A. *Implicações econômicas e desafios das políticas sociais no Brasil*. **Latinidade**, v.5, p.67 - 76, 2013.

FERREIRA, A. e JAYME JUNIOR, F. *Metas de inflação e vulnerabilidade externa no Brasil*, **Anais da ANPEC**, 2005.

JABBOUR, E.; DANTAS, A.: *O presente e o futuro do capitalismo brasileiro em Ignacio Rangel*. Artigo no prelo em homenagem à Ignacio Rangel à publicação editada pelo BNDES/ABDE em alusão ao centenário de Ignacio Rangel e Rômulo Almeida.

KALECKI, M.: *Political Aspects of Full Employment*. **The Political Quarterly**. V. 14, Issue 4. Oct 1943. pp. 322-330.

RANGEL, I.: *A história da dualidade brasileira*. In: RANGEL, I.: **Obras Reunidas**. v. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

REBELO, A.: *A chave das maiorias heterogêneas*. **Princípios**. Ed. 68. Fev/Mar, 2003. pp. 20-21.

SERRANO, F.; MELIN, L. E.: *Political Aspects of Unemployment: Brazil's Neoliberal U-Turn*. **Crítica Marxista**. Gennaio/Febbraio, 2016.

SINGER, A.: Cutucando onças com varas curtas. **Novos Estudos**. 102. Jul/2015. pp. 43-71.

Matérias em jornais e links:

Déficit na indústria atinge US\$ 63,5 bilhões em 2014. **Valor Econômico**. 24/02/2015.

Popularidade de Dilma cai 27% após protestos. **Folha de S. Paulo**, 29/06/2013.
Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>

JABBOUR, E.: *Plano Real (1994): o banditismo de Estado no poder.* **Portal Vermelho**, 07/04/2014. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=5871&id_coluna=17

Brasil do diálogo, da produção e do emprego. **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/brasil-do-dialogo-pela-producao-e-emprego/>

'Setor privado cavou essa crise', diz Marcos Lisboa, presidente do Insper. **O Estado de S. Paulo**, 07/12/2015. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,setor-privado-cavou-essa-crise--diz-marcos-lisboa--presidente-do-insper,10000004079>